



Número: **0813564-76.2018.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO SUMÁRIO**

Órgão julgador: **9ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **26/06/2018**

Valor da causa: **R\$ 6.750,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FRANCISCA MARTINS CASTRO DE SOUSA (AUTOR)		ANTONIO CANDEIRA DE ALBUQUERQUE (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
4255690	09/02/2019 10:14	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
3437255	27/09/2018 12:44	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
3104765	08/08/2018 11:13	<a href="#">Petição</a>	Petição
3104781	08/08/2018 11:13	<a href="#">Comprovante de salario</a>	Documentos
2995142	20/07/2018 09:21	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
2880094	26/06/2018 18:47	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
2880100	26/06/2018 18:47	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição
2880107	26/06/2018 18:47	<a href="#">Procuração</a>	Procuração
2880111	26/06/2018 18:47	<a href="#">Termo de Curatela</a>	Documentos
2880112	26/06/2018 18:47	<a href="#">Laudo Cadaverico</a>	Documentos
2880118	26/06/2018 18:47	<a href="#">Documentos falecido interditado e curadora</a>	Documentos
2880121	26/06/2018 18:47	<a href="#">Certidão de obito</a>	Documentos
2880124	26/06/2018 18:47	<a href="#">Boletim de Ocorrencia Policial</a>	Documentos



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**9ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA DA COMARCA DE**  
**TERESINA**

Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

**PROCESSO Nº:** 0813564-76.2018.8.18.0140

**CLASSE:** PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)

**ASSUNTO(S):** [Acidente de Trânsito]

**AUTOR:** FRANCISCA MARTINS CASTRO DE SOUSA

**RÉU:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**DESPACHO**

Vistos em despacho.

Trata-se de **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT**, proposta por **FRANCISCA MARTINS CASTRO DE SOUSA**, em desfavor de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, ambos qualificados na inicial.

Alega a autora, em síntese, ter sofrido acidente de trânsito, do qual resultou sequela permanente, pelo que propõe a presente demanda visando recebimento da verba indenizatória que lhe seria pertinente. Requeru, ainda, na inicial, a realização de perícia médica.

Juntou documentos.

Breve relato. Determino:

Inicialmente, considerando os fatos e documentos apresentados, convenço-me da verossimilhança da hipossuficiência da parte autora, concedendo-lhe os benefícios da gratuidade da justiça, com a assistência gratuita de advogado e isenção de custas e emolumentos judiciais.

Conquanto salutar medida de conciliação/mediação, prevista no novo Código de Processo Civil, com o fito de evitar a formação e prolongamento do litígio, no



entretanto, a experiência constatada em casos tais é que a parte suplicada, SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, não tem se disposto a transigir sem que tenha conhecimento da extensão dos danos sofridos pelo beneficiário do seguro, e como se deve buscar também os princípios da brevidade, eficiência e resultado, e considerando poder o juiz, nos termos do artigo 139, V do CPC, promover a conciliação das partes a qualquer tempo e fase procedimental, hei por bem remeter a fase conciliatória para ocasião, se necessário, da audiência de instrução e julgamento, determinando de logo a realização da perícia médico/legal.

Assim, objetivando a realização da perícia em apreço, nomeio perito o médico ortopedista **Dr. RAIMUNDO NONATO LEAL MARTINS, inscrito no CRM Nº 606PI**, com endereço residencial na Rua Estudante Danilo Romero, 1402, Bairro Horto, CEP: 64.052-510, Teresina-Piauí (E-mail: [rmartinsleal@yahoo.com.br](mailto:rmartinsleal@yahoo.com.br)), que deverá ser intimado para cumprir este encargo, podendo realizar a perícia na sala de audiências desta Vara e/ou na sala do IML instalada no subsolo deste Fórum, devendo entregar o laudo no prazo de 10 (dez) dias (artigo 465 do CPC), a contar da data da realização da perícia.

Faça-se saber ao perito supra, que para o cumprimento da medida, o perito deverá informar a este Juízo o local, data e hora da realização da perícia, para o fim de intimação e comparecimento da parte autora e ciência dos advogados e assistentes técnicos indicados pelas partes, que, se desejarem, poderão acompanhar a sua materialização (Artigo 474 do CPC). Devendo constar, ainda, as advertências dos artigos 466, 473, 476 e 477 do CPC.

Assim, conforme o convênio nº 69/2015, firmado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Piauí e a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT e em face da hipossuficiência financeira da parte autora, os encargos financeiros com a realização da perícia técnica serão suportados pela Requerida, inclusive com o pagamento dos honorários do perito, desde já arbitrados em R\$ 200,00 (duzentos reais).

Intime-se a suplicada para, em 05 dias, efetuar o depósito judicial relativo à perícia na quantia de R\$ 200,00 (duzentos reais).

Intimem-se as partes para no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação do despacho de nomeação do perito:



a) arguir impedimento ou suspeição do perito, se for o caso;

b) indicar assistente técnico;

c) apresentar quesitos (se já não os houver apresentado);

Realizado o depósito, oficie-se o perito nomeado para proceder à realização da perícia no prazo de até 30 (trinta) dias, com apresentação do laudo no prazo já especificado em duas vias, observando, para tanto, os quesitos formulados pelas partes.

Concluída a perícia em debate, intem-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo do perito, podendo, ainda, o assistente técnico das partes apresentar seu parecer.

Cite-se, ainda, a parte requerida para, querendo, apresentar contestação no prazo legal.

Intimações e diligências necessárias. Cumpra-se.

**TERESINA-PI**, 8 de fevereiro de 2019.

**Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de Teresina**







**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**

**GABINETE DA 9ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA DA COMARCA DE TERESINA**

Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

**PROCESSO Nº:** 0813564-76.2018.8.18.0140

**CLASSE:** PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)

**ASSUNTO(S):** [Acidente de Trânsito]

**AUTOR:** FRANCISCA MARTINS CASTRO DE SOUSA

**RÉU:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

### **CERTIDÃO DE CONCLUSÃO**

Certifico para os devidos fins que, a parte autora intimada do despacho, ID 2995142, manifestou-se no prazo legal, petição ID 3104765, como se vê Evento nº.431182, Aba Expedientes. Certifico, ainda, que faço processo concluso para despacho.

TERESINA-PI, 27 de setembro de 2018.

**MARTA MICHELA TEIXEIRA ARAUJO**

**Secretaria da 9ª Vara Cível da Comarca de Teresina**



Exm.º Sr. Dr. Juiz de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de Teresina-Piauí

FRANCISCA MARTINS CASTRO DE SOUSA, já qualificada nos autos do processo n. 0813564-76.2018.8.18.0140, vem perante V. Exª, em atendimento ao despacho da lavra de deste douto juízo, juntar documento anexo, comprovante que faz jus ao benefício da justiça gratuita.

N. Termo que pede e espera deferimento

Teresina, 08 de agosto de 2018.

ANTONIO CANDEIRA DE ALBUQUERQUE



07/08/2018  
FOPIP733

FOPI - FOLHA DE PAGAMENTO INSS  
CONSULTA COMPROVANTE DE PAGAMENTO  
DEMONSTRATIVO INSS

11:10:40  
FOPI7331  
PAG. 001

TERM: AY384816 07/08/2018 11:16  
AGENCIA: 0405 CONTA: 860.179-8

MES REF.: 07/2018 CPF: 895.536.913-15  
-----

INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
CNPJ: 29.979.036/0001-40

DEMONSTRATIVO DE CREDITO DE BENEFICIO

BANCO: 237 BANCO BRADESCO SA  
O.P. 787991 - TERESINA-CTO  
NIT/NB 701.893.505-0 COMP: JUL/2018  
NOME BENEF.: FRANCISCA MARTINS C DE SOUSA  
PAGAMENTO : CARTAO MAGNETICO  
ESPECIE: 88-AMPARO SOCIAL AO IDOSO

PERIODO : 01/07/2018 A 31/07/2018  
VALIDADE: 31/07/2018 A 28/09/2018

RUBRICAS DESCRICAO	VALOR
CREDITO:	
101 VALOR TOTAL RENDA MENSAL	954,00
VALOR BRUTO:.....	954,00
VALOR DESCONTO:.....	0,00
VALOR LIQUIDO:.....	954,00

QUANDO SOLICITADO, REALIZE SUA PROVA DE  
VIDA EXIGIDA PELO INSS. FIQUE ATENTO AS  
MENSAGENS EMITIDAS PELO BANCO.

AS INFORMACOES FORAM FORNECIDAS EM  
16/07/2018 E SAO DE RESPONSABILIDADE DO  
INSS. HAVENDO DUVIDAS QUANTO AO CONTEUDO  
DESTE DOCUMENTO, ENTRE EM CONTATO COM A  
PREVIDENCIA SOCIAL PELO TELEFONE 135.







**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**9ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA DA COMARCA DE**  
**TERESINA**

Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

**PROCESSO Nº:** 0813564-76.2018.8.18.0140  
**CLASSE:** PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)  
**ASSUNTO(S):** [Acidente de Trânsito]  
**AUTOR:** FRANCISCA MARTINS CASTRO DE SOUSA

**RÉU:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**DESPACHO**

Vistos em despacho.

Inicialmente, levando-se em conta o caráter tributário das custas processuais, é defeso ao magistrado, sua dispensa de modo próprio.

É verdade que a Lei Estadual 5.526, de 26 de dezembro de 2005, que dispõe sobre Custas Judiciais, Emolumentos, e adota outras providências, isenta do pagamento de aludidas custas os beneficiários da assistência judiciária, nos termos do art. 6º da aludida lei.

Por seu turno, o art. 1º do Provimento Conjunto 05/2009, do egrégio Tribunal de Justiça do Piauí, estabelece que: “A distribuição de ações não beneficiadas pela assistência judiciária somente ocorrerá mediante a comprovação do recolhimento das custas processuais, através do boleto bancário próprio.”, entendendo-se tais, a princípio, aquelas assistidas pela Defensoria Pública do Estado do Piauí. Conquanto não se desconheça o disposto e o alcance da Lei 1.060/1950, recepcionada pela constituição Federal de 1988, entretanto ha de sua exegese, atentar para o comando constitucional de 1988, que em seu artigo 5º, LXXIV, estabelece:

Art. 5º (...)

LXXIV - O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem **insuficiência de recurso**(grifo nosso).



Conquanto a clara compreensão do comando constitucional, o legislador infraconstitucional editou a Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, com redação dada pela Lei Complementar nº 132/2009, estabelecendo em seu artigo 4º, parágrafo 5º, in verbis:

Art. 4º (...)

§ 5º A assistência jurídica integral e gratuita custeada ou fornecida pelo Estado será exercida pela Defensoria Pública.

Neste particular, diga-se de passagem, antes mesmo da Constituição Federal de 1988, de maneira vanguardista, já vem o Estado do Piauí, prestando assistência judiciária aos necessitados, através de sua Defensoria Pública, que com o advento da carta magna, editou a Lei Complementar nº 59/2005, que em seu artigo 5º, incisos I e V, estabelece uma de suas funções institucionais:

Art. 5º: (...)

“I – prestar aos necessitados orientação permanente sobre seus direitos e garantias.” (...)

“V – patrocinar ação civil.”

O requerente postula o benefício da justiça gratuita, afirmando não possuir condições financeiras para arcar com as custas processuais, entretanto, não consta dos autos documento que comprove a sua insuficiência econômica.

Desse modo, e não obstante o previsto na aludida lei 1.060, de 05 de fevereiro de 1950, recepcionada pela constituição vigente, onde consta apenas como condição da gratuidade da justiça a simples declaração do requerente, tal, contudo, não pode invalidar o exposto no comando constitucional quanto à necessidade de comprovação de insuficiência de recurso, pois seria a inversão ter o texto maior de adequar-se ao menor e não vice-versa. Pelo que, a insuficiência de recurso deverá mesmo ser comprovada por quem não encontrar-se assistido pela Defensoria Pública.



Neste sentido já se manifestou o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia:

AGRAVO INTERNO. JUSTIÇA GRATUITA. POSSIBILIDADE ECONÔMICA DA PARTE. FALTA DE COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE POBREZA. INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO. A simples declaração de pobreza para a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita não mais subsiste. Conforme a nova interpretação dada pela Constituição Federal em seu art. 5º, inciso LXXIV, é necessária a prova da impossibilidade de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e/ou da família do requerente. A ausência de elementos objetivos impossibilita a concessão. No caso concreto, a parte interessada não se desincumbiu do dever de comprovar a situação de necessidade alegada. Recurso não provido. (Agravos, N. 00027039520128220000, Rel. Des. Raduan Miguel Filho, J. 15/05/2012).

Nesse diapasão, decidiu o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

MANDADO DE SEGURANÇA - PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA - FALTA DE COMPROVAÇÃO DA INSUFICIÊNCIA DOS RECURSOS – IMPOSSIBILIDADE. A assistência gratuita somente será prestada pelo Estado aos que comprovarem a insuficiência de recursos, de modo que não basta a simples declaração de miserabilidade para a concessão da benesse. RECURSO IMPROVIDO. (TJSP. Mandado de Segurança n. 0095851-86.2011.8.26.0000. Rel. Des. Carlos Giarusso Santos. J. 30/06/2011).

Desta forma, por entender que a decisão de deferimento de gratuidade da justiça não deve ser tomada de modo automático, mas avaliando comedido as provas presentes nos autos do processo e apresentando a respectiva fundamentação, com base no artigo 99, § 2º do NCPC determino a intimação da parte requerente para que apresente nos autos comprovação do preenchimento dos pressupostos legais para a concessão da gratuidade, tais como: **contracheque, declaração de imposto de renda e/ou carteira de trabalho atualizados**, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento do pedido.



**TERESINA-PI**, 19 de julho de 2018.

**Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de Teresina**



## Juntada de Petição Inicial





ANTONIO CANDEIRA DE ALBUQUERQUE

ADVOGADO

Rua Senador Teodoro Pacheco n. 988/centro Ed. Palácio do Comércio Sala 709 fone (86)3221-1320 fls.1  
Email: escritorioantonio@yahoo.com.br

**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA \_\_VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA-PIAUI**

**RAIMUNDO NONATO DE SOUSA**, absolutamente incapaz, interditado, representado pela curadora pela sua esposa **FRANCISCA MARTINS CASTRO DE SOUSA**, brasileira, do lar, CPF N. 895.536.913-15 e RG N.4.337.909 SSP-PI, ambos residentes e domiciliados na cidade de Teresina-Piauí, na rua penedo n.5741, Planalto Bela Vista através de seu procurador e advogado "**In Fine**" assinado, (mandado procuratório anexo – doc.01), com escritório profissional localizado na Rua Senador Teodoro Pacheco, nº988/Centro, sala 709, Edifício Palácio do Comercio, onde recebe as intimações de estilos, vem perante V.ex.<sup>a</sup>, propor a presente a **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO-DP VAT COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA** em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DP VAT**, estabelecida na cidade do Rio de Janeiro-RJ, na Rua Senador Dantas n.74/5ªAndar/Centro, Cep. 20031205-RJ, pelos fundamentos que adiante passa a expor e ao final requerer.

### **DOS FATOS**

O reclamante (interditado) é genitor e herdeiro de **FRANCISCO EDYONE MARTINS DE SOUSA**, que no dia 10 de setembro de 2013, por volta das 7h35min, na rodovia BR 316, nas proximidades da transportadora Rapidão Cometa, zona sul desta capital, sofreu acidente de tráfego, (Atropelamento por uma motocicleta Honda/CG 150 FAN ESI, cor vermelha, ano 2013, placa OUD-8486, Chassi 9C2KV1670DR503387) de propriedade de JOÃO DOS SANTOS BARBOSA e conduzido por Edivar de Brito Tupinambá) no qual veio a óbito.

In casu, após atropelamento, o falecido filho do suplicante foi levado ao Hospital de Urgência de Teresina (HUT), onde foi assistido, porém, evoluindo a **óbito** por volta de 10h30min da mesma data, conforme se comprova boletim de ocorrência policial, Laudo de Exame Pericial-Laudo de Cadavérico-Acid Tráfego e outros documentos anexos.





ANTONIO CANDEIRA DE ALBUQUERQUE  
ADVOGADO

Rua Senador Teodoro Pacheco n. 988/centro Ed. Palácio do Comércio Sala 709 fone (86)3221-1320 fls.2  
Email: escritorioantonio@yahoo.com.br

O “de cujus” não deixou descendente, deixando seu genitor e a cônjuge sobrevivente MARIA DO SOCORRO SILVA MARTINS.

Ressalte-se por oportuno que a cônjuge da vítima já recebeu o valor da indenização a ela cabível nos autos do processo n.0010932-81.2014.818.0001-AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SEGURO DPVAT, ajuizado no juizado Especial Zona sul 1, Bela Vista da Comarca de Teresina-Piauí.

Assim, o genitor do “De cujus”, na qualidade de herdeiro tem direito a receber os 50% restante do seguro DPVAT, ou seja, a quantia de **R\$ 6.750,00** (seis mil setecentos e cinquenta reais) da indenização do seguro obrigatório DPVAT.

#### DO CABIMENTO DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA

Conforme já mencionado o requerente é interditado e a curadora é reconhecidamente **POBRE** para esta finalidade, visto que o pagamento das custas processuais comprometerá o seu sustento, desta feita, não tem recursos que lhe permita custear as despesas referentes a um processo judicial. **Por essa razão requer a gratuidade de Justiça, nos termos do art. 2º, parágrafo Único, da Lei n. 1.060/50 c/c o art. 5º, inciso XXXV, inciso LXXIV, todos da Constituição Federal, e, demais legislação vigentes.**

Neste sentido, a jurisprudência pátria assim tem se manifestado, vejamos:

“Escusa a transcrever a regra jurídica estabelecida pela Lei n. 7.510, de 4 de julho de 1986, que deu nova redação ao art. 4.º da lei n. 1060, de 5 de fevereiro de 1950. A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação na própria petição inicial de que não está em condições de pagar às custas do processo e os honorários advocatícios, sem prejuízos próprio ou de sua família. Anota-se que mesmo antes do advento da Lei 7.510/86, que deixou claro, como se expõe, prescindiu de documentos comprobatório do estado de pobreza o requerimento dos benefícios da assistência jurídica gratuita, já admitira a presunção “juris tantum” de veracidade da declaração da parte ou de seu procurador para dispensa do estado de pobreza, face as regras jurídicas, julgado da 8ª Câmara deste Tribunal, relatado pelo eminente Juiz Jorge Rodrigues de Carvalho (in julgados do Tribunal de Alçada Cível de São Paulo) (4)”

#### DO DIREITO

A Indenização deve pagar-se por morte, disposto no artigo 4º da lei n. 6.194/74, deverá seguir os moldes do art. 792 do Código Civil brasileiro que afirmam que a divisão será feita por igual, metade a cônjuge e/ou





ANTONIO CANDEIRA DE ALBUQUERQUE  
ADVOGADO

Rua Senador Teodoro Pacheco n. 988/centro Ed. Palácio do Comércio Sala 709 fone (86)3221-1320 fls.3  
Email: [escritorioantonio@yahoo.com.br](mailto:escritorioantonio@yahoo.com.br)

companheira e o restante aos herdeiros, vejamos:

Art. 4º a indenização no caso de morte será pago de acordo com o disposto no art. 792 da Lei n. 10.106, de 10 de janeiro de 2002.

Art. 792. Na falta de indicação de pessoa ou beneficiário, ou se por qualquer motivo não prevalecer a que for feita, o capital segurado será pago por **metade ao cônjuge não separado judicialmente, e o restante aos herdeiros do segurado**, obedecendo a ordem da vocação hereditária.

Desta forma, nos termos do que foi explanado, a reclamante na qualidade de companheira tem o direito de receber o seguro DPVAT, ou seja, a metade da indenização integral de R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais).

A pretensão da autora assenta-se no art. 5º, da Lei n. 6.194/74, que assim diz:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia da responsabilidade do segurado”.

§ 1º-A indenização referida nesse artigo será pago com base no valor da época da liquidação do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, desmontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de quinze dias da entrega dos documentos:

Ainda sobre a pretensão da autora, reza o art. 8º da Lei n. 11.482, de 31 de maio de 2007, que alterou os arts. 3º, 4º, 5º e 11 da lei n. 6.194/74, vejamos o art. 3º que foi alterado.

“Art. 3º-os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que seguem, por pessoa vitima d: II- até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)-no caso de invalidez permanente e morte

O STJ, ao decidir caso semelhante ao exposto, pronunciou-se no sentido de determinar o pagamento da indenização mesmo não tendo sido comprovado o pagamento do premio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT)







ANTONIO CANDEIRA DE ALBUQUERQUE  
ADVOGADO

Rua Senador Teodoro Pacheco n. 988/centro Ed. Palácio do Comércio Sala 709 fone (86)3221-1320 fls.4  
Email: escritorioantonio@yahoo.com.br

### DA TUTELA ANTECIPADA.

Nesse diapasão, vislumbra-se evidente razoabilidade e verossimilhança das alegações (FUMUS BONI JURIS ANTECIPATORIA) da parte autora, bem como fundado receio irreparável ou de difícil reparação que a falta da prestação em questão poderá acarretar a reclamada, pessoa necessitada.

Por outro lado, o manifesto propósito protelatório da seguradora requerida, que contestará direito incontestado, impedindo prestação jurisdicional célere, enseja, de plano, a tutela antecipada, de modo a impedir haja abuso de direito de defesa por parte da seguradora, haja vista a liquidez e certeza do direito da parte autora em receber a indenização em espeque.

Assim, não restam maiores dúvidas de que a tutela antecipada deve ser concedida de prima facie, uma vez que foram ajuizadas todas as exigências do art. 273 do CPC, com se vê, foram preenchidos todos os requisitos para antecipação de tutela.

### DOS PEDIDOS

#### **DIANTE DO EXPOSTO, requer:**

A citação do reclamado, no endereço acima exposto, para, querendo responder a presente ação, sob as penas de art. 20 da lei n. 9.099 e art. 285 do CPC.

A concessão da antecipação dos efeitos da tutela antecipada determinado a imediata liberação do valor da indenização do seguro DPVAT, através de expedição de ALVARÁ JUDICIAL, determinando ao suplicado que libere ao autor a quantia de **R\$ 6.750,00** (seis mil setecentos e cinquenta reais a título de pagamento **do seguro DPVAT estabelecido em lei**, uma vez que o mesmo preenche as condições a que faz jus.

Em condenar em definitivo o suplicado a pagar a indenização do seguro DPVAT no valor de R\$ 6.750,00, devidamente acrescido de juros de mora e correção monetária nos termos da lei, com a consequente expedição do competente ALVARÁ JUDICIAL, determinando ao suplicado que libere o valor em favor da autora, a título de pagamento do SEGURO DPVAT, tudo como medida da mais lidima JUSTIÇA.

Que seja deferido **liminarmente** em favor do suplicante o benefício da justiça gratuita, para que seja dispensado o **pagamento das custas do processo e honorários advocatícios na forma da lei**.





ANTONIO CANDEIRA DE ALBUQUERQUE  
ADVOGADO

Rua Senador Teodoro Pacheco n. 988/centro Ed. Palácio do Comércio Sala 709 fone (86)3221-1320 fls.5  
Email: escritorioantonio@yahoo.com.br

Diante da vigência da lei n. 11.925/2009 e do artigo 421, IV do novo Código Processo Civil, que reconhece que o advogado tem fé pública, estabelecendo que os documentos em cópias oferecido para prova poderá ser declarado autentico pelo próprio profissional, sob sua responsabilidade pessoal, **declaro que todos os documentos em anexo são copias fieis dos originais.**

Protesta-se provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitido.

Dá-se a causa o valor de R\$ 6.750,00

Termos em que pede deferimento

Teresina (PI), 26 de junho de 2018.

ANTONIO CANDEIRA DE ALBUQUERQUE  
ADV OAB/PI Nº2.171.

